

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .ª)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

As intempéries e as consequentes cheias no Baixo Mondego, em Dezembro de 2019, provocaram elevados prejuízos na Agricultura bem como danos e colapso em diversas infraestruturas afetas ao Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego, com especial destaque para o rompimento de diques na margem direita do “Rio Novo”, sobretudo no concelho de Montemor-o-Velho, e para danos estruturais no Canal Principal de Rega, em Canais Secundários, e em suportes e em equipamentos de bombagem e retenção da água do Mondego.

Tendo em conta a produção agrícola da região e os prejuízos verificados, os apoios definidos pelo Governo para responder às necessidades dos agricultores afetados foram manifestamente insuficientes e deixam de fora uma grande parte destes, em especial os pequenos e médios Agricultores.

Trata-se de uma situação que tem sido sinalizada por diversas Entidades, para a qual o PCP tem vindo a reivindicar uma resposta adequada e concreta no sentido de abranger todos os afetados, e de atribuir os apoios com maior justiça social.

O PCP tem vindo a colocar reiteradamente a questão da necessidade de conclusão das Obras do Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego para responder às necessidades dos agricultores e das populações desta região, questionou o Governo sobre a situação resultante das cheias de finais de 2019 e apresentou uma proposta de alteração ao OE2020 que previa a dotação orçamental necessária para a recuperação das infraestruturas afetadas e a conclusão do Projeto.

Entretanto, o Governo aprovou, em Janeiro de 2020, um “Plano de Ação Integrado”, liderado pela Agência Portuguesa do Ambiente, designado por “Plano de Ação Mondego Mais Seguro” a executar entre 2020 e 2023, para o qual, estará destinada uma verba até 30 milhões de euros, proveniente maioritariamente do orçamento do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, desenvolvendo-se de acordo com:

- 1º Eixo – Para, designadamente, “Repor as infraestruturas do Aproveitamento Hidráulico do Mondego danificadas pela cheia”, com uma dotação de 11 milhões de euros.
- 2º Eixo – Para “Obras que falta executar para completar o Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego” – com uma dotação de 17 milhões de euros.

• 3º Eixo – Para “Análise e reflexão sobre o Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego e novo modelo de gestão que envolva todos os interessados” – com 500 mil euros.

Para além dos 3 eixos definidos, este Plano contempla ainda uma dotação proveniente do Ministério da Agricultura de 600 mil euros para obras de “Reposição de algumas infraestruturas de uso agrícola que foram danificadas”.

Tendo em conta os elementos e informações avançadas, e tendo em conta a extensão de afetação e prejuízos que foram identificados é da maior importância conhecer os desenvolvimentos deste Plano e as medidas que estão a ser concretizadas para responder às dificuldades dos agricultores desta região.

Tendo presente a situação descrita, ao abrigo das disposições legais e regimentais, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que ações já estão completadas em cada um dos três eixos do Plano e quais os montantes já aplicados em cada um dos eixos previstos? Quando se prevê a conclusão das Obras previstas e das restantes Iniciativas previstas para cada um dos eixos?
2. Tendo em conta que o Canal Principal de Rega é uma infraestrutura que é utilizada para assegurar o abastecimento urbano de água na Figueira da Foz, e para abastecimento industrial às empresas de Celulose, em Leirosa, quais são (em média) os caudais utilizados por cada um desses sectores de utilização da água do Canal Principal de Rega e que montantes foram pagos em 2018 e 2019, relativamente a esses mesmos consumos?
3. Tendo em conta os danos sofridos no Canal Principal de Rega e sendo conhecido que foram já executadas obras de reparação no mesmo, que obras e intervenções foram já executadas, quais as entidades que se responsabilizaram por essas intervenções e quais os respetivos custos envolvidos?
4. Que reparações foram executadas no Canal Principal de Rega asseguradas pelo Governo ou pela APA e quais os custos envolvidos?
5. Que reparações/intervenções foram executadas nos Canais Secundários, no “Leito Periférico”, no leito do “Rio Velho”, asseguradas pelo Governo ou pela APA e quais os custos envolvidos?
6. No 3.º Eixo do Plano que ações em concreto tenciona o Governo promover? Que principais alterações se pretendem introduzir no(s) sistema(s) de Rega e na gestão da água?

Recentemente, em visita ao Baixo Mondego e ao Canal Principal de Rega, o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática referiu a existência, desde há anos, de um “protocolo” ou similar com as empresas de celulose existentes na região da Figueira da Foz tendo em vista a realização de obras de manutenção do Canal Principal de Rega. Neste sentido requer-se, com carácter de urgência, a disponibilização de cópia desse “protocolo” ou similar ao Grupo Parlamentar do PCP.

Palácio de São Bento, 23 de junho de 2020

Deputado(a)s

JOÃO DIAS(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)

---

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.